

Rio não tem ativos para viabilizar acordo da dívida

Pelas regras da MP, estado deve entregar ao BNDES ativos de R\$ 2 bi, 20% do débito, para que restante seja renegociado

Maria Luiza Abbott e Regina Alvarez

• BRASÍLIA. Depois de mais de um ano de negociações, o Governo federal fechou finalmente, na última quarta-feira, um acordo de rolagem da dívida de São Paulo. Mas nem teve tempo de comemorar. Ontem mesmo, os técnicos da área econômica descobriram que os acordos com os estados estão ameaçados por um impasse: o Rio de Janeiro não tem ativos para pagar 20% do total de seu débito de cerca de R\$ 10 bilhões, a ser renegociado. Se abrir uma exceção e reduzir a parcela que o estado teria que pagar à vista, o Governo federal será obrigado a rever os acertos feitos

com Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo.

Em todos os acordos assinados até agora, os estados se comprometeram a entregar ao BNDES — o agente encarregado das vendas — patrimônio para privatização em valor equivalente a 20% da dívida rolada. Em todos os protocolos há uma cláusula de salvaguarda, incluída por exigência dos governadores, prevendo que qualquer vantagem adicional oferecida a um estado deve ser estendida aos demais. Se o Governo federal aceitar que o Rio pague menos do que 20% dos seus débitos — incluindo dívida mobiliária e com o Banerj, além de empréstimos de curto prazo — deverá rea-

brir negociações e repassar a oferta aos outros estados.

— Temos um problema sério a resolver e precisamos achar uma solução, pois tudo o que acertarmos com o Rio precisa obedecer à regra que prevê pagamento de 20% — disse um graduado funcionário da área econômica.

Uma dificuldade adicional é que o Governo estadual tomou todas as medidas de ajuste fiscal recomendadas pelo Governo federal. No *ranking* dos 19 estados que assinaram acordos com o Tesouro Nacional, o Rio está em primeiro lugar, tendo cumprido quase todas as metas prometidas. Foi também o primeiro a aceitar a privatização do seu banco, o Ba-

nerj, com leilão marcado para 16 de dezembro. O Governo estadual vem cortando pessoal, privatizando empresas, adotando medidas de recuperação de receita. Apesar disso, tem poucos ativos, que não cobririam os cerca de R\$ 2 bilhões que devem ser pagos ao Governo federal para rolagem do restante dos débitos — o equivalente a mais de três Cerjs.

Para viabilizar o acordo com São Paulo, o Governo federal deverá mudar a Medida Provisória dos bancos estaduais. A MP prevê que o dinheiro obtido na privatização dos bancos deve ser aplicado no pagamento de débitos do estado com a União. O protocolo assinado com o governa-

dor Mário Covas estabelece que, ao fim de um ano de gestão privada, o Banespa seja vendido. O dinheiro da venda deverá cobrir parte dos 20% do total da dívida renegociada do estado, caso não tenham sido quitados com os ativos oferecidos pelos paulistas. O restante, se sobrar, seria repassado ao estado, contrariando a medida provisória.

— Foi uma negociação difícil e precisávamos dar argumentos ao governador para que a privatização do Banespa seja aprovada pela Assembleia Legislativa — disse outra fonte do Governo.

O Governo federal comemora os termos do acordo com São Paulo, nem tanto pelas condi-

ções, semelhantes às de outros estados, mas pelo engajamento de Covas na proposta. A equipe econômica acha que, se ele conseguiu o que queria — pagar cerca de R\$ 7 bilhões dos débitos em ativos e rolar o restante — o Governo federal também lucrou. Conseguiu que Covas apóie a privatização do Banespa e uma solução para a dívida do estado, um dos principais obstáculos à redução do déficit do setor público. Além disso, São Paulo paulista vai pagar 12,5% de sua dívida com o banco e a MP prevê que, em caso de privatização, a União rolaria integralmente o débito. Por tudo isso, considera que, se for necessário, a MP será alterada. ■